UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Auditoria Interna

Nota Técnica 2/2022

Manifestação favorável à vinculação da Unidade de Gestão de Integridade - UGI à Reitoria da UFDPar, em conformidade com normas legais aplicáveis ao Poder Executivo Federal, com o padrão de organização das unidades administrativas da entidade e boas práticas de gestão da integridade.

Senhor Reitor,

Senhora Pró-Reitora de Planejamento,

Senhora Diretora de Governança e Gestão de Recursos,

Apresento a presente Nota Técnica nº 2/2022 com manifestação desta unidade acerca de solicitação da **Diretoria de Governança e Gestão de Recursos – DGGR/UFDPar** quanto à avaliação da criação e organização da **Unidade Gestão de Integridade – UGI** da entidade.

Esclareço, inicialmente, que esta NT não vincula os atos a serem ultimados pela entidade, possuindo caráter eminentemente opinativo, considerando: a) o disposto nas normas que instituíram as UGI no âmbito do Poder Executivo Federal; b) o padrão de organização das unidades administrativas da instituição; e c) os as boas práticas organizacionais adotadas nacional e internacionalmente no que tange à estruturação de unidades de controle.

Das Unidades de Gestão de Integridade - UGI

As UGI estão previstas no Decreto nº 10.756, de 27 de julho de 2021, de instituição do Sistema de integridade Pública do Poder Executivo Federal — Sipef, alinhando-se à Política de Governança da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017.

Consoante previsto no art. 4°, II, do referido Decreto, as UGI constituem unidade setorial do Sipef, tendo suas competências estabelecidas no art. 6°, com destaque para: a) assessoramento à autoridade máxima da entidade; b) articulação com as demais unidades da entidade; c) coordenação e monitoramento dos programas de integridade e de gestão de riscos.

Essas competências têm em comum o fato de exigirem reporte direto à Alta Administração, e o exercício de atividades que importam a assunção de obrigações de articulação com líderes de unidades administrativas e acadêmicas, bem como a o monitoramento e supervisão de ações desempenhadas por eles, sendo eficiente, por esta razão, que se posicionem em nível hierárquico compatível, de maneira a assegurar legitimidade e eficiência.

Organização administrativa da UFDPar

Examinando-se a Resolução Consuni nº 7, de 8 de outubro de 2021, relativamente às unidades que guardam prerrogativas de natureza e complexidade semelhantes às da UGI: Auditoria Interna, Ouvidoria e Unidade Setorial de Correição, observa-se que a vinculação direta à Reitoria tem sido a opção da entidade, sendo adequado e conveniente, portanto, que a UGI receba o mesmo direcionamento daquelas unidades na organização administrativas da Instituição.

Boas práticas legais e organizacionais

Ressalta-se, ademais, que, regra geral, os modelos organizacionais definidos em normas legais (Decreto nº 3.591/2000), recomendações do Tribunal de Contas da União – TCU, assim como em práticas nacionais e internacionais de entidades como o Instituto dos Auditores Interno do Brasil – IIA, da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, dentre outras, as unidades administrativas de controle vinculam-se, visando à maior eficiência e efetividade, a Conselhos Superiores e/ou a Alta Administração das organizações.

Esse modelo, conforme já se salientou, além de assegurar a essas unidades maiores eficiência e legitimidade, expressa grau elevado de comprometimento da Alta Administração com a integridade, conferindo-lhes respaldo político e técnico necessários ao exercício de sua missão.

Conclusão

Insto posto, respeitada a autonomia constitucional conferida à UFDPar, esta Unidade de Auditoria Interna manifesta-se favoravelmente à vinculação da Unidade de Gestão de Integridade – UGI diretamente à Reitoria da entidade.

Teresina, 1º de novembro de 2022.

AUDITORIA INTERNA UFPI